

JORNAL DO SERVIDOR

POR
DA REDAÇÃO

Divulgação / SITSESP



Fundação Casa tem cerca de 10 mil servidores em SP

Estado de greve mobiliza servidores da Fundação Casa

Servidores da Fundação CASA aprovaram estado de greve em assembleia realizada no último sábado (25 de abril). A reunião foi convocada pelo SITSESP, entidade que representa os funcionários do sistema socioeducativo paulista. A decisão ocorre diante da falta de avanço nas negociações da campanha salarial. O estado de greve é um indicativo de paralisação caso não haja acordo. Segundo o sindicato, a categoria cobra reajuste salarial, reposição de perdas e melhores condições de trabalho. Uma nova assembleia foi marcada para 16 de maio, quando os servidores devem reavaliar o cenário e decidir os próximos passos, com possibilidade de cancelamento de greve.

Possível greve no Detran de MS

Servidores do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul (Detran-MS) podem entrar em greve por tempo indeterminado a partir de quarta(29), caso não haja avanço nas negociações com a direção do órgão. A categoria está em estado de greve desde março e cobra reajuste salarial, reestruturação da carreira e realização de concurso público. O movimento pode suspender atendimentos e afetar serviços como habilitação e registro de veículos.

Divulgação / Nav Brasil



Empresa é vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos.

Concurso público no setor aéreo

A NAV Brasil (Serviços de Navegação Aérea S.A) abriu concurso público com 858 vagas, sendo 128 imediatas e 730 para cadastro reserva, em cargos de níveis médio, técnico e superior. Os salários variam de R\$ 4.632,10 a R\$ 10.868,68, além de benefícios. As inscrições vão de 27 de abril a 28 de maio, com provas previstas para 2 de agosto. Entre as funções estão operador de torre de controle, técnicos, analistas e engenheiros. A seleção terá prova objetiva para todos os cargos e etapas adicionais em algumas áreas. Os aprovados serão contratados pelo regime CLT.

Inscrições abertas na Funpresp-Jud DF

Seguem abertas até o dia 07 de maio as inscrições para o concurso público da Funpresp-Jud (DF), com vagas de nível superior e salários de até R\$ 11,4 mil. O edital contempla áreas como Direito, Administração, TI, Contabilidade e Auditoria, com jornada de 40 horas e contratação CLT em Brasília. Há benefícios como auxílio-alimentação, plano de saúde e previdência complementar. Provas previstas para julho.

Agentes Segurança

Tramita na Câmara o Projeto de Lei nº 2001/2026, do deputado Sargento Portugal (PODE-RJ), que proíbe a divulgação de dados, imagens, áudios e vídeos de agentes de segurança pública sem autorização. A proposta prevê pena de reclusão e multa em casos de descumprimento, com efeito imediato.

Identidade digital

Também na Câmara o Projeto de Lei 2002/2026, do deputado João Daniel (PT/SE), que institui normas gerais sobre identidade digital. A proposta impacta servidores públicos ao definir regras para perfis institucionais, identificação de responsáveis por contas oficiais e proteção dos dados de servidores que operam canais digitais públicos.

ANTAQ I

A Embaixada da Espanha, em Brasília (DF), recebeu servidores da Agência Nacional dos Transportes Aquaviários (ANTAQ), com o objetivo de diplomar a uma turma do mestrado em Logística e Gestão Portuária. O curso tem foco na melhoria de competências como logística, planejamento e economia portuária.

ANTAQ II

A Agência é ativa no programa de especialização desde sua primeira edição. Foram mais de 600 horas letivas, com aulas presenciais e online. Segundo Cyrce Queiroz, chefe da Assessoria de Relações Internacionais (Arint), a iniciativa busca valorizar os serviços prestados pela ANTAQ. Renildo Barros e Thiago Bonetti foram diplomados

Reajuste I

As prévias dos contracheques de servidores federais no Sou. Gov trazem atualização de valores referentes a 5% de recomposição salarial e de benefícios, além de mostrar os impactos da Lei 15.367/2026 que reajusta as remunerações de parte da base, porém de forma parcial, já que alguns servidores ficaram de fora.

Reajuste II

Os acordos firmados em 2024 previram reajuste em duas parcelas: 9% em janeiro de 2025 e 5% em abril de 2026, índices aplicados sobre a remuneração total. Além dos reajustes salariais, os acordos também garantiram avanço nos benefícios, com destaque para auxílio-alimentação, que passará para R\$ 1.192,00.

Divulgação / Câmara dos Deputados



Negociação coletiva no serviço público tem Pedido de Urgência

Congresso deve debater negociação coletiva

Proposta é avanço nas relações de trabalho no serviço público

Andre Souza

O pedido de urgência para a tramitação do Projeto de Lei que trata da regulamentação da negociação coletiva no serviço público pode acelerar a análise da proposta no Congresso Nacional, segundo avaliação de entidades sindicais que acompanham o tema. A medida é vista como estratégica por representantes dos servidores federais, que defendem a consolidação de regras claras para as relações de trabalho no setor público.

De acordo com a Condsef/Fenadsef, que representa servidores do Executivo federal, a regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) é uma demanda histórica da categoria. O texto trata do direito à negociação coletiva, da organização sindical e de mecanismos de diálogo entre governo e servidores, pontos considerados essenciais para reduzir conflitos e dar maior previsibilidade às negociações salariais e de carreira.

O tema está inserido em um contexto de retomada das mesas de negociação entre governo e funcionalismo. Nos últimos anos, entidades sindicais têm pressionado por avanços em pautas como recomposição salarial, reestruturação de carreiras e isonomia de benefícios entre servidores ativos, aposentados e pensionistas.

A tramitação em regime de urgência permitiria que o projeto fosse apreciado diretamente em plenário, reduzindo etapas de análise nas comissões da Câmara dos Deputados e do Senado. Na prática, isso encurta o tempo de debate legislativo, mas também pode intensificar disputas políticas em torno do conteúdo da proposta.

Para as entidades, “a aprovação de uma lei específica sobre negociação coletiva poderia consolidar um canal permanente de diálogo com o governo federal. Já no Congresso, a matéria tende a enfrentar diferentes posicionamentos, especialmente em relação ao alcance do direito de greve e aos limites da negociação no setor público”.

Reajuste salarial

Os salários dos servidores federais começaram a ser atualizados no sistema SouGov, com a incorporação da recomposição de 5% prevista em acordo com o governo federal. O reajuste integra o processo de reestruturação de carreiras e é aplicado de forma escalonada em 2025 e 2026. Segundo a Condsef, os contracheques já refletem mudanças em gratificações e progressões funcionais. A medida faz parte da política de valorização do funcionalismo público federal. Implementação segue cronograma do governo.